

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DA AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA - 3º BIÊNIO

No dia 17 de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 10:10 horas, via plataforma Microsoft Teams, reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, a saber: a sra. Elizete Nicolini, representante titular de SGM; a sra. Athene Mauro, representante titular de SMS; o sr. José Roberto, representante titular de SME; a sra. Juliana André Nunes, representante suplente de SMS; a sra. Mariana Santos, representante titular de SMADS; a sra. Nilda Ito, representante suplente de SMADS; o sr. Rafael Fialho, representante titular de SMIT; o sr. Esequias Marcelino, representante suplente do CMDCA; a sra. Camila Sawaia, representante titular do CoCriança; o sr. João Victor Salge, representante titular do Instituto Jô Clemente; a sra. Maykelen Fontoura, representante suplente do Legislativo.

Também estavam presentes o sr. Cassiano Luís, de SGM; o sr. Jarbas Biagi, de SGM; a sra. Lara Vitoria Abreu, de SGM; a sra. Laura Meneghel, de SGM; a sra. Raissa Gambi, de SGM; a sra. Agata Santos, do CMDCA; a sra. Maria Paula de Albuquerque, do Centro de Recuperação Educação Nutricional (CREN).

O sr. Cassiano (SGM) inicia os trabalhos apresentando a agenda da reunião, a saber: Informes; Encerramento do Biênio 2021-2023; Novo Biênio 2024-26. Passando aos informes, a sra. Laura (SGM) compartilha que o Núcleo da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância participou de um encontro promovido pela Rede Urban95, em que foram discutidos os desafios para monitoramento dos Planos Municipais de Primeira Infância, com exposição dos municípios de São Paulo, Fortaleza e Recife, além da participação de ouvintes de todo o país que atuam com a pauta. Também compartilhou que o processo de escolha de OSCs para a Comissão de Avaliação foi encerrado, com recorde de 12 organizações inscritas e 8 habilitadas, que votaram entre si para escolha das organizações CoCriança e Instituto Jô Clemente, que participam da reunião. Encerrando os informes, a sra. Laura (SGM) menciona que as representações da Comissão de Avaliação foram atualizadas com a Portaria SGM 216/2024 e abre uma rodada de apresentações para que os novos membros da Comissão de Avaliação se conheçam.

Após a rodada de apresentações, o sr. Jarbas (SGM) pede que os novos representantes das OSCs apresentem um breve histórico de atuação, bem como suas expectativas para o novo biênio. A sra. Camila (CoCriança) explica que a organização surge dentro da faculdade de Arquitetura e Urbanismo na USP como um projeto de cultura e extensão e, que após a

formação, o projeto se consolida enquanto OSC, com a missão de cocriar novas possibilidades de mundo que valorizem as infâncias, partindo da infância para pensar a dimensão territorial e outras possibilidades de fazer a cidade, os espaços e, a partir disso, todas as relações. Acrescenta que as crianças, comunidades e espaços são os três pilares de articulação, pensando na transformação dos espaços com participação das crianças nos projetos. Diz estar animada com a perspectiva de participação das crianças no monitoramento e avaliação, que há o desafio de pensar em grande escala e que será muito bom compor a comissão e estar perto da política, que é tão importante.

O sr. João (Instituto Jô Clemente) diz que a Organização atua há 63 anos no município de São Paulo e que o público de atendimento são pessoas com deficiência, doenças raras e Transtorno do Espectro Autista (TEA), atendendo majoritariamente crianças na primeiríssima infância. Acrescenta que realizam 100% dos testes do pezinho no município e que atuam numa perspectiva intersetorial, pois trabalham com enfoque na prevenção e promoção de saúde, direitos, orientação e encaminhamento para a rede, para defesa e garantia de direitos das famílias e crianças. Relata que possuem alguns projetos voltados ao desenvolvimento da escuta e do protagonismo das crianças; no âmbito da Educação, atuam com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em alguns núcleos, possuem uma frente de *advocacy* e atuam em várias redes no âmbito nacional. Por essa expertise da organização, acredita que tem muito para somar no monitoramento e avaliação e que estão felizes de ter a Cocriança compondo o grupo. O sr. Cassiano (SGM) agradece as falas e diz que gostou do relato sobre a escuta de crianças, pois é um grande desafio para a Comissão de Avaliação, pensando na complexidade de estabelecer uma metodologia para a avaliação da política.

Passando ao Encerramento do Biênio 2021-2023, o sr. Cassiano (SGM) explica a dinâmica e histórico de produção dos Balanços do PMPI, que são sempre publicados na Semana Municipal da Primeira Infância. Sobre o 5º Balanço do PMPI, explica que ainda não foi publicado por restrições dadas pela assessoria jurídica relacionadas ao período eleitoral e assim que estiver disponível, compartilhará o relatório completo aos interlocutores. A sra. Elizete (SGM) ressalta a relevância da indicação e mapeamento das OSCs feito pelas Organizações componentes da Comissão de Avaliação com o apoio do CMDCA, com um excelente trabalho de pesquisa e mapeamento, agregado no quinto Balanço, considerando o avanço mais significativo do relatório. Faz um agradecimento às organizações participantes do Biênio 2021-2023, o CREN e Comunidade da Graça e reforça a importância de manter contato para refinar a atuação.

A sra. Maria Paula (CREN) agradece as considerações e diz que no final do mandato houve um trabalho colaborativo interessante com o CMDCA, vindo de uma aproximação que se materializou em 2024. Reforça a relevância do alcance do Conselho em termos de organizações que atuam com a primeira infância na cidade de São Paulo, possibilitando um recorde no número de respostas. Agradece a parceria e comenta que, para o 5º Balanço foi feita uma análise da linha do tempo do questionário, pensando em algumas tendências. Comenta que o CREN faz parte dos espaços da primeira infância, com prioridade para essa agenda, atuando na frente parlamentar da Primeira Infância no Estado de São Paulo, na Rede Nacional da Primeira Infância e a REPI, que está se criando no estado de São Paulo, que é a Rede Estadual de Primeira Infância e que estão à disposição para colaborar no que for necessário. O sr. Esequias (CMDCA) ressalta a importância da colaboração e diz que as parcerias são importantes para trazer o bem maior às crianças e adolescentes. Considera que o processo ainda pode ser aprimorado e que estão à disposição para construir juntos.

O sr. Jarbas (SGM) segue a pauta do Novo Biênio 2024-26 e traz as informações do Art. 4º do Decreto 58.418/2018, que dispõe as atribuições da Comissão de Avaliação do PMPI, como o monitoramento da execução das estratégias, do alcance das metas, avaliação de impacto da implementação do PMPI, além da escuta das crianças e famílias. Comenta que o PMPI pode ter as metas repactuadas nas Semanas Municipais da Primeira Infância de 2022 e 2026 e que a Comissão pode pensar no assunto no próximo período previsto, que será neste mesmo biênio. Em seguida, compartilha o Resumo Executivo do 5º Balanço do PMPI com o grupo, que possui uma síntese dos desafios para o monitoramento e avaliação do Plano, e pede que todos leiam para reflexão durante a reunião.

Após a leitura, a sra. Elizete (SGM) destaca a importância de monitorar o PMPI pensando nos territórios por suas características distintas, além do desafio da transparência orçamentária, para o qual a Secretaria Municipal de Direitos Humanos mensura o Orçamento da Primeira Infância, estimando as ações exclusivas e não exclusivas dentro do orçamento público dedicadas à Primeira Infância. Afirma que são extensos desafios e que a construção para os superar é um processo, evidenciando as contribuições da Comissão Técnica para a construção de diálogos intersetoriais no Executivo.

A sra. Athene (SMS) reforça que a intersetorialidade é complexa e construída cotidianamente para seu fomento e ampliação. Também destaca que a cidade possui uma pluralidade de Primeiras Infâncias, com diferentes Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) nos territórios, com muitas vulnerabilidades e que é há o desafio de integrar a atuação da

política nos territórios prioritários, considerando as especificidades territoriais, culturais e étnico-raciais. A sra. Nilda (SMADS) endossa a fala anterior, explicando que para o alcance das metas do PMPI é importante a intersetorialidade e que a Comissão Técnica tem feito avanços para um olhar integral e integrado, refletido nos territórios através dos Comitês Gestores Regionais, duas importantes instâncias para implementação dos Protocolos Integrados de Atenção à Primeira Infância e da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância. O sr. José Roberto (SME) reitera os desafios mencionados, acrescentando que há um desafio maior de acompanhar a transição de governos, pensando num novo Plano de Ação do PMPI para a nova gestão e para superar os desafios já mostrados com o Plano de Ação vigente.

O sr. Jarbas (SGM) agradece as falas e diz que a discussão foi um mergulho inicial para pensar nos aspectos destacados no Balanço de 2023, indicando que, na próxima reunião, o documento já estará disponível a todos e que uma discussão mais profunda pode ser feita. Em seguida, exhibe o cronograma previsto de reuniões, com a próxima reunião ordinária agendada para o dia 16 de janeiro de 2025 e a seguinte para o dia 03 de abril de 2025. O sr. José Roberto (SME) faz a ressalva de que a primeira reunião de 2025 estará no período de mudança de governo e que, eventualmente, pode ter algum problema com a disponibilidade dos representantes.

O sr. Cassiano (SGM) apresenta os encaminhamentos: SGM deve enviar a ata e apresentação da reunião aos interlocutores da Comissão; SGM deve enviar o Balanço 2023 para todos os interlocutores assim que estiver publicado; todos devem pensar em como iniciar o novo ciclo de monitoramento e avaliação, a partir dos desafios apresentados do resumo executivo do 5º Balanço, que será a pauta da próxima reunião. Todos mostram-se de acordo.

Sem mais assuntos a tratar, eu, Cassiano Luís Silva Santos (SGM) encerrei a reunião e lavrei a presente ata.

São Paulo, 17 de outubro de 2024.